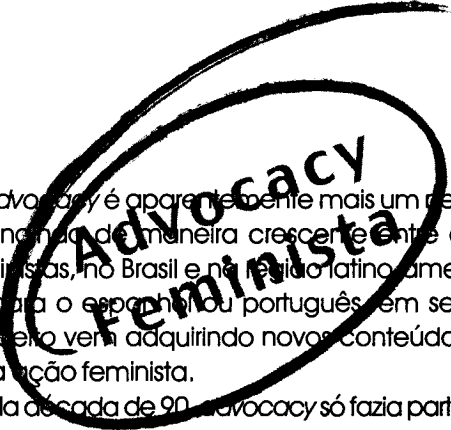


ADVOCACY FEMINISTA

SONIA E. ALVAREZ, MARLENE LIBARDONI, VERA SOARES



A palavra *advocacy* é aparentemente mais um neologismo vindo do norte que vem se difundindo de maneira crescente entre diversos segmentos dos movimentos feministas, no Brasil e na região latino-americana. Ainda sem uma tradução literal para o espanhol ou português, em seu trajeto para o sul das Américas, o conceito vem adquirindo novos conteúdos e significados e maior relevância para a ação feminista.

Até o início da década de 90, *advocacy* só fazia parte do jargão das agências de cooperação e do sistema das Nações Unidas, e estava também integrado à prática de *lobby* de algumas ONGs internacionais feministas sediadas nos Estados Unidos e na Europa. A partir do ciclo de conferências da ONU dos anos 90, e suas seqüelas mais recentes (Viena +5, Cairo +5, Beijing +5, Copenhague +5), passou a ser incorporado cada vez mais nos fazeres políticos de muitas ONGs feministas latino-americanas. Todavia, a participação sem precedentes de um número expressivo de ativistas feministas nessas conferências, bem como o acúmulo das experiências locais nas décadas passadas, redundou no desafio posterior de tentar transformar esses acordos internacionais em ações e políticas concretas nesses países. Isso exige inovar as formas de ação e articulação para influir no debate público e nas agendas políticas.

Na procura de novas estratégias, metodologias e instrumentos conceituais que dessem conta desse imenso desafio, algumas ONGs feministas latino-americanas vislumbraram na noção de *advocacy* — antes vista como 'gringa' e estranha — novas potencialidades. Mais do que a pressão política sobre gestores e/ou legisladores, como usualmente é considerado no norte, o fazer *advocacy* exige sistematizar aprendizados, desenvolver habilidades de negociação, planejamento e trato com os meios de comunicação. Exige também um conhecimento do terreno político onde circulam as propostas, os atores e os conflitos presentes. Mas, dado que o conceito e a prática de *advocacy* tinham sido formulados em contextos muito distantes das realidades políticas, econômicas e culturais da América Latina, trazê-lo para nossas práticas exigiu não apenas uma tradução literal, mas um processo complexo e continuado de *tradução política*.

Este dossiê apresenta algumas tentativas de avançar nesse processo de tradução. Os textos aqui reunidos foram produzidos no contexto de um projeto latino-americano sobre *advocacy* em direitos sexuais e reprodutivos. Desde final de 1996, estão envolvidas mais de 200 mulheres e suas organizações — espalhadas por onze países da região — num esforço de formação feminista, de compartilhamento de aprendizagens e de intercâmbio de reflexão — para fortalecer a incidência feminista tanto na política quanto nas diversas esferas (cultural, 'privada' etc) do "político", onde se constroem e se desconstroem as relações desiguais de poder entre homens e mulheres e entre as mulheres.

No contexto da frágil institucionalidade política, do enfraquecimento da cidadania e da dramática exclusão social decorrentes das políticas neoliberais, a prática de *advocacy* feminista na América Latina exige a redefinição de conceitos e a readequação de procedimentos originários em contextos de democracias consolidadas, instituições mais estáveis e direitos cidadãos menos ameaçados. Fazer *advocacy* 'nos trópicos' não pode ser uma questão meramente técnica — como aparece em alguns dos manuais produzidos no norte. É um fazer nitidamente político, requer visitar alguns conceitos como cidadania e liderança, rediscutir o papel do Estado e da sociedade civil na construção democrática e repensar as estratégias de incidência feminista na promoção das transformações políticas, econômicas e culturais. No contexto da globalização acelerada, da reforma e do enxugamento do Estado, e da transnacionalização da própria sociedade civil e dos movimentos sociais nesta virada de milênio, esse fazer político exige também adquirir novos conhecimentos e habilidades de *advocacy*, planejamento estratégico e estratégias comunicacionais.

O projeto de *advocacy* latino-americano — coordenado conjuntamente pelo Centro de la Mujer Peruana "Flora Tristán", do Peru, Equidad de Género, Ciudadanía, Trabajo y Familia, do México, e, no Brasil, originalmente pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) e, desde junho de 1998, pela Agende

Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (Agende) — tem procurado responder a algumas dessas novas exigências do fazer feminista na região.

Como a própria noção de *advocacy*, os textos que se seguem, elaborados no âmbito do projeto, discutem conceitos ainda em construção e nem sempre consensuados entre as feministas, mesmo entre aquelas que têm participado dessa iniciativa. A divulgação neste dossiê de uma amostra desses textos, selecionados com o objetivo de dar visibilidade a diversas perspectivas conceituais e diferentes enfoques nacionais e abrir espaço para novas vozes feministas, busca incentivar o debate e promover o diálogo entre a teoria forjada na ação e na reflexão de feministas envolvidas cotidianamente na promoção e na defesa da cidadania das mulheres e a produção feminista na academia.